

JUSTIÇA E EXECUÇÃO DA PENA

CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO*

*Desembargador do Tribunal de Justiça do
Estado do Rio de Janeiro*

Todos sabemos que a crise das instituições no Brasil vem se agravando a cada dia. Nas democracias, é lição velha e revelha na ciência do direito público, a legitimidade tem origem no processo eleitoral. Qualquer que seja o cenário crítico em que as eleições ocorrem, o fato democrático importante é o respaldo do voto como mecanismo próprio para restaurar confiança e alimentar credibilidade nas autoridades investidas do poder do Estado. A falência do Estado, particularmente pelo colapso na prestação dos serviços públicos essenciais, é uma questão que nasce da falta de autoridade com que o governo é exercido, em todos os degraus da federação. Se o governante é eleito democraticamente, com um determinado discurso político, e ao exercer o seu mandato afasta-se desse discurso, o povo consolida a idéia da inutilidade de sua participação e parte para uma generalizada desobediência civil, refletida no descrédito com que cumpre os seus deveres de cidadão.

No Brasil de hoje, para a maior tristeza de todos, cresce muito a descrença nas instituições. Há um convencimento profundo sobre a incompetência das instituições em lidar com as situações graves de interesse público. É claro que esse quadro serve como cultura adequada para o descontrole social, sempre manifestado pela forma violenta de fazer justiça pelas próprias mãos.

Todavia, aguda embora a situação, não há qualquer motivo para o desespero, como se o Brasil estivesse condenado ao fracasso de parar na porta do futuro. É uma insanidade imaginar que o fracasso de um momento significa o fracasso de todos os momentos. Como a vida humana, que é capaz de oscilar sentimentos, sair dos mais diferentes infernos, os Estados tem uma estrutura forte o suficiente para agüentar os

piores impactos. O que se exige - e é apenas isso - é a capacidade de não parar o trabalho de reconstrução, continuando a caminhada do tempo vivido com o objetivo de fazer para além do tempo vivido.

Um dos aspectos mais sensíveis dessa realidade é, sem sombra de dúvida, a questão da impunidade, que tem a ver, e muito, com o funcionamento da Justiça, e mais especialmente, com a condenação dos culpados.

Ainda recentemente, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio, em julgamento de vários acusados de fraudes contra a previdência social, mostrou que é possível cumprir o papel institucional de prestar a jurisdição em tempo conveniente e com dosimetria correspondente, sem quaisquer contemplações ou sentimento corporativista, assim porque foi um Juiz também condenado.

Mas, nem bem o julgamento terminou e as críticas logo surgiram com a alegação convincente de que os condenados não iriam passar tempo longo na cadeia. E em cima da Justiça foi posta a culpa.

É certo que entre a condenação e o cumprimento da pena há uma enorme distância. E há porque a Lei das Execuções Penais agasalha tantos benefícios que o acusado, devidamente punido pela Justiça, tem a certeza de que o estágio prisional é pequeno. E daí, em casos como os de improbidade administrativa, o fruto do delito será em breve utilizado.

Lembram-se todos da rápida operação legislativa realizada para a chamada lei dos crimes hediondos, com o que se pretendia sustar, ou assustar, os seqüestradores, tirando-lhes os incríveis benefícios da Lei das Execuções Penais. Neste caso, a corrida do Governo e das lideranças políticas respondeu aos reclamos da população. É bem verdade que a alteração legal ainda não produziu por inteiro os seus efeitos, eis que, pelo menos no Rio de Janeiro, ainda é surpreendente o índice de seqüestros.

Mas, de todos os modos balizou o interesse da sociedade de punir com mais rigor os seus autores.

O fato é que as penas estão em nível adequado no Código Penal, porém a sua execução é que está precisando ser reformada para manter o criminoso na cadeia. O Desembargador Doreste Baptista, em recente artigo, reconhecendo a gravidade do problema, apontou como solução de curto prazo a ampliação dos crimes considerados hediondos, incluindo no rol alguns mais, dentre eles aqueles contra o patrimônio público; como solução de médio ou longo prazo propôs a própria alteração da Lei das Execuções Penais. Parece ser este um bom caminho. Sem dúvida que melhor seria enfrentar, desde logo, a reforma da lei, ao mesmo tempo em que se cuidaria de melhorar e aperfeiçoar o sistema penitenciário, ainda carente de providências.

Importante mesmo é que se tenha consciência do valor da prestação jurisdicional como sinal de funcionamento do Estado, em tempo e modo correspondentes às reais necessidades da sociedade como um todo. Resgatar a credibilidade das instituições hoje é uma tarefa imperativa, sob pena de deixarmos a descoberto o interesse público e a própria ordem democrática, que nos custou tanto reconstruir.